

Eleição presidencial ou geral?

Florestan Fernandes

A questão das eleições tornou-se um problema político da maior gravidade. Os que defendiam a Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, autônoma e soberana tinham em mente, após a promulgação da Constituição, a convocação imediata das eleições gerais. Ainda mantenho a mesma tese, porém os acontecimentos mostram que seria ingenuidade sustentar aquela posição sem pensar no *modus faciendi* e nas consequências. A partir do momento em que o Planalto entrou em cena, exigindo o mandato de cinco anos, já se patenteou que havia um esquema de sustentação do cronograma político-militar, vitorioso com o chamado "pacto conservador", que lançava areia no maquinismo político. Em seguida, o ministro da guerra ditou o seu pensamento, proclamando que qualquer corte do mandato do presidente devia acarretar uma redução análoga do mandato dos constituintes (e provavelmente dos governadores). Hoje, com as declarações do Sr. José Sarney em seu programa de rádio, secundando uma entrevista intempestiva e provocadora do ministro das comunicações, há uma clareza meridiana sobre o que está em jogo. Os defensores da "transição lenta, gradual e segura" não sossegaram o pito. Continuam apegados a essa fórmula como um meio de protelar sua permanência no poder.

O "pacto conservador", apesar do colégio eleitoral, foi um "golpe branco", pelo qual a ditadura ampliou por seis anos o seu prazo de vida. A "nova" República alargou e aprofundou a liberalização da ditadura militar. Todavia, introduziu todos obstáculos possíveis a uma transformação límpida do sistema de poder. Quase toda a ordem ilegal montada pela ditadura ficou de pé, com as constituições de 1967 e 1969 e vários dispositivos arbitrários e despóticos, entre os quais merecem relevo os decretos-leis e o uso abusivo deles. A autoridade suprema preservou-se nas mãos dos ministros militares e nos organismos que eles dirigem, ministérios, secretarias e instituições governamentais, altamente centralizadas e "autoritárias". Todos tremem diante de sua vontade ou sorriem com a promessa de que os militares se desengajaram no poder; estes repetem a promessa com tanta veemência que a desacreditam e deixam pairando uma ameaça dissimulada, mas constrangedora. O aparato policial-militar possui a mesma saliência, desenvoltura e violência; e não há poder que escape ao zelo extremo com que "defendem a ordem", à custa da democratização do país e da democracia. Para coroar o quadro, todos os poderes encaram a Assembléia Nacional Constituinte como um poder constituído e derivado do Executivo, do Judiciário e do militar. O Sr. Saulo Ramos já deitou sapiência sobre o assunto, difundindo a concepção geral predominante nesses poderes de que a ANC é dotada apenas de capacidade de revisão constitucional. Podem os constituintes sonhar com o que quiserem. O seu papel seria esse, o que é aceito por muitos deputados e senadores, que não querem outra coisa: dar impulso a um regime de duas faces, um biombo de democracia de um lado, uma realidade de Estado de Segurança Nacional do outro lado. A ANC ruiu por dentro, graças à composição de classes dos parlamentares, que alinhou sua maioria com os defensores do formalismo constitucional e os adeptos de uma democracia de participação ampliada sob o guante das forças armadas.

O poder constituinte abalou os outros poderes, especialmente os arranjos herdados pela "nova" República e as esperanças de, através dela, simular a existência de um regime constitucional e representativo. A hegemonia conservadora travou como pôde, por dentro da ANC, essa evolução, ajudada pela fraqueza dos partidos da ordem e robustecida pela interferência direta das classes dominantes nas realizações dos constituintes que se dizem de "centro", mas

são de direita ou reacionários. Mas aquela hegemonia esbarrou no querer dos constituintes que tomaram posições mais avançadas e radicais, realmente democráticas e, em especial, das entidades da sociedade civil, que voltaram à luta pela democratização da ordem existente e das classes trabalhadoras, os errantes da terra e fortes segmentos divergentes da pequena burguesia e das classes médias tradicionais, que se insurgiram contra iniquidades econômicas e sociais intoleráveis. No fim do século XX, a nação repele impaciente esse regime esdrúxulo de autocracia burguesa, que é democrático para os ricos, poderosos e privilegiados, porém massacra as classes destituídas e os assalariados em geral. Chegamos a um divisor histórico. A sociedade se desagrega, o Estado se decompõe, e o Brasil terá de renascer das cinzas dos vários antigos regimes, que sobreviveram às suas épocas.

Esse quadro global põe em relevo que a questão das eleições é a mais complexa do momento. Acatar a interferência dos de cima, indo às eleições gerais como uma "imposição", uma espécie de castigo pelo encurtamento do mandato presidencial, corresponde a um absurdo insustentável e irracional. Quem ficaria com o Poder Executivo durante o período de convocação, realização, apuração e posse dos novos candidatos eleitos? O que essa figura ou esse grupo de mandões (naturalmente a ponta do iceberg, o que é visível de um grupo de pressão fortíssimo e faminto de preservar e também de aproveitar os descaminhos em que nos encurralaram) fariam *contra* o que mais almejamos, a democratização da sociedade civil, da cultura e do Estado? Não sou Cassandra e não suponho que seja função do publicista correr atrás de conspirações. No entanto, os conspiradores estão seguros de si de tal modo que observamos suas ações, ouvimos as suas pregações cívicas antidemocráticas e, pelo que fazem, temos a medida exata do que estão dispostos a pôr em prática se lograrem outra oportunidade histórica para golpear a emergência de uma sociedade civil civilizada, de uma cultura em democratização e difusão, de um Estado democrático-popular. Os adeptos da barbárie não recuam diante de nada! É vital, pois, não lhes conceder a liberdade de repisar suas proezas.

Admitindo-se esses pressupostos, nós que optamos pelas eleições gerais devemos ter a coragem de uma retratação e de desdobrá-las. Primeiro, sob o funcionamento do presente Congresso, realizar tão depressa quanto for exequível as eleições para presidente. Em seguida, após a posse do presidente eleito, promover a autodissolução do Congresso. Isso não garante muita coisa. Não evita que conspirações terminem em tentativas de golpes de estado preventivos e tampouco que a deterioração do poder prossiga por algum tempo. O apodrecimento da ditadura gerou uma anomalia histórica: verdugos ganham a notoriedade de heróis, e personalidades que deveriam estar nas cadeias acham-se na cúspide do sistema de poder. É um processo natural que, em semelhantes condições, as melhores espe-

ranças e intenções soçobrem. Parafraseando Churchill, ainda iremos verter sangue, suor e lágrimas, por causa de erros que se multiplicaram ao longo de séculos e culminaram em uma autocracia burguesa (civil e militar) das mais eficazes e destrutivas, que aparecerá na periferia sob o falso propósito de combater o comunismo e de defender o cristianismo, a família e a democracia. Mas não se sai de um atoleiro desses sem pagar custos muito altos, sem tenacidade e muita paciência. Poderemos, até, sofrer novas derrotas nesse percurso. O que não se deve é desanimar, ensarilhar as armas e deixar que a nação também apodreça, por contaminação e desalento daqueles que não esmoreceram nos piores momentos.

Esta discussão torna evidente que se deu uma atenção acanhada ao problema, no balanço das pressões externas: os constituintes deveriam ter cuidado melhor do assunto, que não se resume ao tamanho do mandato. A transição democrática está por fazer-se. Ela será obra do que resultar dos dispositivos constitucionais e de sua estrita observância na prática política. Não se pode confundir a transição democrática com o que se deixou de efetuar sob a "nova" República e com o que se cumpriu em sentido oposto, desde a posse de Tancredo Neves e de seu substituto biônico. Como ressaltai em *Nova República?*, a transição democrática virá de baixo, das pressões e ações ofensivas e construtivas das classes trabalhadoras e das massas populares. O que os conservadores, em associação com os militares, os "mudancistas" e os "neoliberais" insistiram (e ainda insistem) em vender como transição democrática, sob a forma de transição lenta, gradual e segura, é uma quimera e um embuste. Trata-se de acertar o relógio do movimento social e político e do movimento histórico; e resolver a equação da liquidação definitiva da ditadura e do regime que a continuou e substituiu, de maneira definitiva. Daí a necessidade de ter coragem até o fim. Primeiro, derrubando uma "nova" República que obstrui a democratização da sociedade civil e do Estado. Segundo, regulando com cuidado os processos eleitorais, que servirão de meios para a implantação e a consolidação progressiva da democracia. Confiamos na razão e escolhemos os caminhos mais diretos e mais rápidos. Os adversários, com as suas conspirações e ataques a céu aberto, nos advertem que é um imperativo derrotar a sua astúcia e a sua propensão a reter o poder a qualquer custo, mesmo que isso possa atirar a nação em uma guerra civil intempestiva, na qual as vantagens parecem estar a seu favor. A mesma razão aconselha uma mudança de tática, separando as eleições e evitando que elas caiam nas garras dos atuais detentores do poder governamental e de seus aliados políticos.

Florestan Fernandes, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente da PUC-SP

Lapi

